

## A língua em situação de uso e o preconceito linguístico: um estudo sob a ótica da sociolinguística variacionista<sup>1</sup>

*The language in use and linguistic prejudgement: a study from the perspective of variation sociolinguistics*

Antônio Themístocles Barbosa da Silva  
Francisco Edviges Albuquerque  
**Universidade Federal do Tocantins – UFT**  
Severina Alves de Almeida Sissi  
**Faculdade de Ciências do Tocantins Facit**  
Araguaína – Tocantins - Brasil

### Resumo

Neste artigo abordamos a Língua em situação de uso, Variações Linguísticas, vistas como diferentes formas de se nomear algo, resultado da inventividade dos falantes numa comunidade de fala. O objetivo foi estudar a Língua a partir das teorias da Sociolinguística Variacionista, identificando o preconceito linguístico como algo intencional. Os procedimentos metodológicos foram pesquisas bibliográfica e teórica, quando realizamos uma revisão da literatura acerca do tema, alcançando publicações nacionais e internacionais, incluindo bases de dados. Os resultados permitem afirmar que a sociolinguística no ensino é um importante instrumento para enfrentar o preconceito linguístico; que este existe e se materializa numa concepção pedagógico-ideológica, disseminando-se também na escola, gerando uma violência simbólica (ou gerado por esta) a partir da imposição da Norma Padrão do Português Brasileiro; que a sociolinguística apresenta-se como possibilidade real de enfrentar o determinismo linguístico, resultado das relações de poder.

**Palavras-chave:** Variações Linguísticas; Sociolinguística Variacionista; Preconceito Linguístico.

### Abstract

In this article we address the language in use, Linguistic Variations, seen as different ways of naming something, the result of the inventiveness of speakers in a speech community. The objective was to study the language from the theories of Variationist Sociolinguistics, identifying linguistic prejudice as something intentional. The methodological procedures were bibliographic and theoretical research, when we performed a literature review on the subject, reaching national and international publications, including databases. The results allow us to affirm that sociolinguistics in teaching is an important instrument to face linguistic prejudice; that it exists and materializes in a pedagogical-ideological conception, also spreading at school, generating symbolic violence (or generated by it) from the imposition of the Brazilian Portuguese Standard Norm; that sociolinguistics presents itself as a real possibility of facing linguistic determinism, the result of power relations.

**Keywords:** Linguistic Variations; Variationist Sociolinguistics; Linguistic Prejudice.

## 1. Introdução

Para melhor se entender o conceito de variação linguística, seu valor, no que implica e o quanto é necessário não somente de se comentar sobre, porém procurar valorizá-las, é preciso que falemos sobre a língua. Um idioma é tanto um dos mais importantes frutos culturais como também funciona como transmissor dos mesmos. Para Câmara Jr (1968, p. 223) o idioma é um “sistema de sons vocais por que se processa numa comunidade humana o uso da linguagem”. A língua, assim como a linguagem é um vital meio de afirmação cultural, elemento transformado e promotor de uma educação linguística, atuando na sociedade em todas suas esferas, mas de forma seletiva, resultado de um preconceito linguístico fruto das imposições de uma norma culta amplamente aceita como a única verdadeiramente correta.

Seja em sua forma escrita ou na oralidade, a língua é este meio pelo qual o homem se comunica, afirmando sua cultura em sociedade, anunciando que “[...] o homem é apenas metade de si mesmo; a outra metade é a sua expressão” (CÂMARA JR., 2001, p. 164). Faz parte da natureza humana exprimir suas emoções, ideologias, desejos, levar a cabo “intercâmbios” culturais e ser protagonista de todas estas subjetividades mediante a língua que fala. Para Whitney (1901, p. 401 *apud* LABOV, 2008, p. 302) “[...] o homem fala, portanto, primordialmente, não com o intuito de pensar, mas de transmitir seu pensamento. Suas necessidades sociais, seus instintos sociais, forçam-no à expressão”.

Ademais, é nos relacionamentos sociais que surgem as variações linguísticas, que, de forma superficial, são formas diversas de se dizer o mesmo. A língua não é pronta, feita em definitivo, pelo contrário, estudos sociolinguísticos têm comprovado que é sim um “sistema vivo” e quem fala é que a produz e a reproduz. As variações linguísticas são um raio x, ou melhor, uma ressonância magnética, do status social da comunidade. Podendo ser um reflexo do lado econômico, do quanto se estudou ou não estudou, do regionalismo, do sexo, da idade. Isso só para exemplificar.

As variações linguísticas são geradas em comunidades de fala. Estas, conforme Labov (2008, p. 287), são “[...] um grupo de falantes que compartilham um conjunto de atitudes sociais frente à língua”. Em regra, o que é novo, ou inovador, não é aceito *prima facie* pelo contrário, é tido como algo que foge ao “padrão”, algo subversivo. Com as variações linguísticas não é diferente. Ademais, quando a maioria delas surgem são consideradas “erradas”, um “desvio”, não são “escorregadas”, e são portanto alvo de uma

das piores estigmatizações existentes: o preconceito linguístico, causa e resultado da violência simbólica.

O preconceito linguístico não está fundamentado somente no que é linguístico, mas no aspecto social da pessoa impregnado no *status* social do falante. O que vale numa variação linguística “tem o mesmo valor que tem o que fala”. Seria, então, a linguagem o local da verdadeira democracia, mas lamentavelmente, isso não é verdade. A hierarquização dos conhecimentos gera sentimentos negativos de modo que, para alguns, cultura é somente o que segue um padrão, de preferência aquilo que a elite dominante determina como cultura.

No Brasil os Parâmetros Curriculares Nacionais, documento norteador da Educação do País, tem previsão de que não apenas se dê reconhecimento às variações linguísticas, mas que se lhe conceda o devido valor como algo da natureza de qualquer língua. Para decepção dos que estudam o assunto, a escola tem agido diametralmente ao contrário, apresentando-se como ferramenta de transmissão do preconceito linguístico com a escusa de se dar mais valor à proclamada “Norma Padrão da Língua” o que tem levado a efeito a sustentação das desigualdades sociais e por conseguinte o poder da classe dominadora.

Perante este espaço entre o que está escrito nos documentos oficiais e a realidade é necessário que pesquisadores do assunto exponham mais seus estudos sociolinguísticos com o fito de levar a todos à conscientização, e que os órgãos da educação de todos os níveis, federais, estaduais e municipais venham a ser mais fortes na defesa desta riqueza cultural: as variações da nossa língua.

## **2. As variações linguísticas e comunidades de fala**

O homem é um animal social, e através da língua, ao se utilizar das variações em situação de uso, age em sociedade, efetua trocas simbólicas e culturais, veicula, é receptor, transmissor, elaborador e reelaborador. Ele inventa e reinventa inclusive a si mesmo. As pessoas e a língua estão “siamesamente” imbricadas. As interações da sociedade imprimem influência sobre a língua e, esta, por sua vez age de volta.

Bakhtin (1929) considera que a parte central da língua não consiste em um sistema abstrato de contornos linguísticos, a contrário sensu, permanece nas relações da fala das diversas comunidade sociais. Para Bakhtin (1999) o que deve ser levado em conta não é a

língua como um sistema, um código hermético, mas a relação entre os falantes. É justamente aí que está o objeto das pesquisas sociolinguísticas. Os que falam são os senhores da língua.

Jakobson (1960), sustenta que existe uma interação do que ocorre nas comunidades fala e defende a ideia de multiformidade de código. Há códigos e subcódigos. Na fala a pessoa é livre para escolher qual usará a depender do que se quer transmitir, do destinatário e da integração do locutor com o interlocutor. Como são diversos os códigos, a eleição deste ou daquele é feita pelo falante e todos serão adequados a depender do contexto e de outros fatores, como a formalidade e a informalidade.

Bright (1974) enumera situações estabelecidas na sociedade, partindo do pressuposto de que as variações da língua têm possibilidade de estarem atrelados à elas, por exemplo a identidade daquele que fala, o que pode assinalar dialetos espalhados na comunidade, ou diversas maneiras entre os falares considerando aspectos extralinguísticos como sexo e *status* social, que são vitais para se analisar estilos formais e informais.

Com efeito, as variações linguísticas são uma fotografia daqueles que fazem uso delas. Através das mesmas, é possível perceber matizes que implicam de forma direta na emergência da variação, a partir da variáveis: faixa etária, sexo, escolarização, regionalismo, situação social, econômica e outras. Pesquisas levadas a cabo por William Labov dão sustentabilidade a esta afirmação, conforme aquelas realizadas na década de 1960, quando realizou trabalhos sociolinguísticos em Martha's Vineyard, ilha do estado de Massachusetts, Estados Unidos. Nessa pesquisa Labov considerou faixa etária, sexo, profissão, procedência étnica e postura quanto aos falares das pessoas que moram na ilha. No estudo Labov comprovou que as variações linguísticas são passíveis de serem sistematizadas e passar por análises, e que há fatores externos que interferem nas mesmas.

Labov (2008) percebeu que a variação dos ditongos (aw) (como na palavra *house*) e (ay) (como na palavra *fight*), quando eram pronunciadas por pessoas que tinham uma atitude positiva em relação à ilha, e pronunciavam o ditongo de uma maneira mais centralizada do que os que não tinham um pensamento positivo sobre a mesma, pois valorizavam os que vinham de fora, isto é, do continente e pensavam em de lá sair,

pronunciavam os ditongos de forma menos centralizada. Pela pesquisa se percebeu que os vineyardenses já tinham pronunciado o ditongo desta forma mais centralizada, tinham parado de fazer assim e haviam retornado a esta pronúncia. Essa pronúncia era uma característica identitária com a ilha. Como diz Labov: “[...] as formas centralizadas fazem parte de um caráter ilhéu” (LABOV, 2008, p. 58). As pronúncias centralizadas e não centralizadas comprovam que a língua é característica da identidade da comunidade, conclui o autor.

Com efeito, o estudo em Martha’s Vineyard foi concentrado na implicação entre os fatores sociais e os linguísticos, deixando claro que a mudança ali descrita e seus rumos não seriam entendidos sem o vínculo com o naipe basilar identitário daquela localidade. Ademais, pela pesquisa de Labov, é perceptível que a visão da língua como objeto de pesquisa deve realmente ser levando em conta na comunidade de fala. Variações linguísticas devem ser delineadas e entendidas pelo social, pois segundo Labov (2008, p. 214), “[...] a língua é uma forma de comportamento social”. Segundo Whitney (1901, p. 404 *apud* LABOV2008, p. 302), “[...] a fala não é uma posse pessoal, mas social; ela pertence, não ao indivíduo, mas ao membro da sociedade”.

As variações são produtos culturais originados nas relações ocorridas na sociedade e são resultado, portanto, da inventividade dos falantes.

Conforme Meillet (1921, p. 16-17, *apud* LABOV, 2008, p. 304):

[...] pelo fato de ser a língua uma instituição social, resulta que a linguística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da mudança linguística é a mudança social, da qual as variações da língua são apenas as consequências [...] (MEILLET, 1921, p. 16-17, *apud* LABOV, 2008, p. 304).

Percebe-se que, sendo a linguística uma ciência social, o fator-chave para a variação linguística é a mudança na sociedade. As variações advêm exatamente por causa das alterações ocorridas nela.

Mas afinal, variação linguística, o que é? Labov (2008, p. 330), afirma que “[...] é a opção de dizer a mesma coisa de maneiras diferentes.” Note-se que isso é muito claro de se entender, e até simplificado, por exemplo, uma mensagem pode ser passada de forma diferente e mesmo assim sua conotação ser a mesma. Por certo que essas variações estarão não somente no campo do conteúdo, mas também na questão do estilo, se formal ou informal.

Defendendo também que a língua é mutável, Tarallo (2007) fornece o conceito de variante linguística. Para ele variantes são as formas de se afirmar uma mesma coisa, numa mesma circunstância, com igual peso de veracidade. Estas podem ser classificadas como padrão/não padrão, conservadoras/inovadoras, estigmatizadas/ de prestígio. “[...] Em geral, a variante padrão é, ao mesmo tempo, conservadora e aquela que goza do prestígio sociolinguístico na comunidade. As variantes inovadoras, por outro lado, são quase sempre não padrão e estigmatizadas pelos membros da comunidade” (TARALLO, 2007, p.12).

É perceptível que as classificações padrão/conservadora/monitorada/prestígio, fazem oposição à não padrão/inovadora/livre/estigmatizada. Assim, conclui-se que as variações linguísticas estão em um constante “litígio” e nessa dialética os fatores linguísticos e extralinguísticos estão sempre envolvidos. Beveniste (1968), considerando a implicação entre língua e sociedade, aduz que isto reside no fato de que uma serve para explicar, compreender a outra, defini-la seja no que diz respeito à natureza, seja no respeitante à experiência. Beveniste expõe seu pensamento sobre esta forte ligação. Língua e falantes não podem ser cindidos quando se quer entender fatos sociolinguísticos.

Avançando nos meandros da Sociolinguística, Labov (2008, p. 313), define a diferença entre estilo e variação social: “Por social entendo aqueles traços da língua que caracterizam vários subgrupos numa sociedade heterogênea; e por estilística, a alternância pelas quais um falante adapta sua linguagem ao contexto imediato do ato de fala. ”É muito clara a definição laboviana, identificando a variação social com as diferentes camadas sociais que, por sua vez, é dotada de heterogeneidade e, além de heterogênea, é sistemática, sistematizável e ordenada. Já a variação estilística tem a ver com a eleição de uma ou de outra variação, a depender da situação de interação social, a exemplo de contextos formais ou informais. Novamente é interessante notar que o afirmado vai ao encontro da ideia de que não há uma melhor ou pior variação, mas adequada ou inadequada considerando os fatores que a envolvam.

No que tange à heterogeneidade sistemática/organizada, tal fator é indispensável para se descrever diferentes grupos sociais e diferenças linguísticas, econômicas e sociais. Nesse sentido, Basílio (2013, p. 168), contribui afirmando que na perspectiva variacionista:

[...] as transformações linguísticas acontecem no contexto social da comunidade de fala e são vistas, pelos sociolinguistas, como dotadas de 'heterogeneidade sistemática/ordenada', fator importante na identificação de grupos e na demarcação de diferenças linguísticas e sociais na comunidade. Nesta perspectiva, a atitude e avaliação dos falantes com relação à variação e à mudança revelam a influência das forças sociais na escolha dos usos linguísticos do indivíduo, e, por sua vez, os usos linguísticos do indivíduo revelam seus verdadeiros sentimentos em relação à língua. (BASÍLIO, 2013, p. 168).

Este pensamento basiliano reflete o fato de que, quando o falante avalia as variações e elege quando usá-las, revela como as situações sociais interferem nesta tomada de atitude frente à língua e que a escolha veicula seu sentimento no que tange à mesma.

A título de exemplo dos motivos que levam à seleção linguística desta ou daquela variação, pode-se elencar o fator extralinguístico sexo, desde que as pessoas do sexo feminino tendem a falar diferente das do sexo masculino. Termos no diminutivo como "lindinho, belezinha, menininho", são majormente ditos por mulheres do que por homens, os quais, por sua vez, tendem a utilizar palavras no aumentativo, por exemplo, "Marcão, Carlão" (GAGNÉ, 2002, p. 54).

### **2.1. Variação linguística: norma culta e preconceito linguístico**

É fato que, mesmo havendo muitos estudos sobre variações linguísticas, o que em tese poderia gerar uma maior conscientização a respeito delas, não é o que se tem percebido vez que muitas vezes elas são consideradas "erro", desvio linguístico. Segundo Bagno et. all (2011), o chamado "erro linguístico", evidencia-se ao se considerar o que ensina a sociologia e a antropologia, e está embasado em:

[...] uma avaliação negativa que nada tem de linguística: é uma avaliação estritamente baseada no valor *social* atribuído ao falante, ao seu poder aquisitivo, em seu grau de escolarização, em sua renda mensal, em sua origem geográfica, nos postos de comando que lhe são permitidos ou proibidos, na cor de sua pele, em seu sexo e outros critérios e preconceitos estritamente socioeconômicos e culturais (BAGNO et al., 2011, p. 73).

Bagno (2011) considera que de certa forma, não é realmente "erro linguístico" ou o preconceito linguístico que existe, mas sim uma espécie de desvalorização da variação por aspectos sociais, um preconceito social, ligado especialmente ao aspecto econômico. Mas também às posições assumidas, cor da pele, sexo e tantos outros estigmas. Ainda que soe estranho, tudo isso gera o preconceito linguístico e este leva à violência simbólica. É, ademais, uma agressão psicológica das mais fortes que causa muitas vezes o

desinteresse das pessoas em estudarem a língua como “Norma Padrão” tolhendo a criatividade e inventividade da mesma.

Não obstante, a se falar em preconceito linguístico, a chamada Norma Padrão (a variedade dominante) que deveria ser apenas mais um tipo de variedade, é usada como ferramenta para institucionalizar preconceito e, conseqüentemente, a violência simbólica. O preconceito se embasa em se acreditar que a língua é única, ou seja, aquela descrita e estudada nas gramáticas e amplamente difundida nos dicionários. Mas que, escapando dos átrios do dicionário, do âmbito gramatical ou da escola, é algo elementar, rude, incompleto, e não é considerado como uma língua portuguesa brasileira (BAGNO, 2011).

Bagno (2011) desvela o triângulo escola-gramática-dicionário, denunciando que a Norma Padrão é uma espécie de Bíblia (gramática) e que tudo o que foge dele é “erro de português”, não é português, não é bonito, etc. A inventividade do povo, aquele que a usa, não tem prioridade ao exercer este direito primário, a escolha, desconsiderando por completo que a língua é um organismo vivo e em constante transformação. A própria escola que deveria ser o bastião em defesa da “democracia da língua”, tem sido um vilão impondo uma verdadeira “ditadura da norma culta”.

Bagno (2001) complementa essas argumentações partindo do pressuposto de que a questão não reside no que se fala, mas no sujeito que fala ou na forma como ele afala. O autor demonstra aqui mais novamente o viés social deste preconceito, ou seja, se alguém aparentemente “rico” chega, por exemplo, realiza um discurso “falando tudo errado” não há problema, mas se for uma pessoa “pobre”, que o faça, é alvo de preconceito.

Segundo Bagno (2013), quando alguém fala, por exemplo, chicrete, com preto, prural, é avaliado como incorreto, visto como alguém de menor valor, enquanto que ao se falar chicrete, completo, plural, aceita-se como correto, e isso não se dá por razões linguísticas, senão sociais e políticas. As primeiras afirmações, chicrete, com preto, prural, geralmente são realizações levadas a cabo por pessoas de classes sociais “baixas”, sem prestígio, estigmatizadas, em exclusão do tecido social, pouco escolarizadas, alheias aos bens culturais da “classe alta”, e a língua por elas praticada sofre o mesmo preconceito que lhes pesa, isto é, estropiante, horrorosa, insuficiente, o que deveria ser considerada apenas como diferente daquela veiculada pela escola (BAGNO, 2013).

Ser tratado com preconceito linguístico, então é algo perigoso, pois atinge a autoestima, atuando negativamente nas subjetividades, com resultados negativos nas pessoas em todas as áreas de suas vidas, notadamente em sua atuação profissional. É comum pessoas que “falam errado” serem estigmatizadas e, por isso, são menos favorecidas econômica, educacional e socialmente. O preconceito é desigualdade social e gerador da mesma desigualdade, isto é perceptível em alunos que chegam ao Exame Nacional do Ensino Médio ENEM, quando alunos “ricos” ao competirem com alunos “pobres”, promovem verdadeiro embate, e estes últimos quase sempre são dos derrotados. É concorrência desigual. É necessário paridade de armas. Se houvesse menos preconceito e mais valorização do conhecimento que o aluno já traz consigo quando vai à escola a situação seria diferente. Estamos diante de uma enorme gama de alunos que pensam nunca dominar a Norma Padrão, quiçá essa realmente seja uma “Norma Oculta”.

Gnerre (1998, p. 06), em plena sintonia com Bagno, faz um perfeito arremate sobre o tema do preconceito linguístico ao denunciar o perigo deste, argumenta do que lamentavelmente“ [...] uma variedade linguística ‘vale’ aquilo que ‘valem’ os que dela fazem uso, ou seja, aquilatado como a imagem do poder e da autoridade que estes exercem na interações econômico-sociais”. Destaques do texto original.

Não obstante, existe uma manifesta violência simbólica no âmbito escolar (BOURDIEU, 2003) de sorte que a escola situa-se mesmo como instrumento de dominação. Através da escola que a sociedade exerce o poder despercebidamente, veiculando suas ideologias por meio desta instituição pública. Com efeito:

[...] existe uma violência inerente e inevitável, a violência da educação, já que, para eles, toda ação pedagógica é uma forma de *violência simbólica*, pois reproduz a cultura dominante, suas significações e convenções, impondo um modelo de socialização que **favorece a reprodução da estrutura das relações de poder**. (STIVAL; FORTUNATO, 2008, pp. 2-3). (Grifo nosso).

Note-se que mais gravosamente pode-se perceber que a escola não é um ambiente democrático, nem tampouco neutro. O fazer pedagógico por vezes é dotado de violência. É uma forma de perpetuar a cultura dominante, impondo sua forma de pensar, visando, dentre outras imposições, a manutenção do poder de uma classe sobre as demais.

Nesse sentido os Parâmetros Curriculares Nacionais (PSN) de Língua Portuguesa, instrumento documental do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que norteia a Educação em nosso País, assim se manifesta:

[...] A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em “Língua Portuguesa” está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. Embora no Brasil haja relativa unidade linguística e apenas uma língua nacional, notam-se diferenças de pronúncia, de emprego de palavras, de morfologia e de construções sintáticas, as quais não somente identificam os falantes de comunidades linguísticas em diferentes regiões, como ainda se multiplicam em uma mesma comunidade de fala (BRASIL, 1998, p. 29).

Percebe-se que os PCN dão pleno apoio não só ao reconhecimento das variações linguísticas, mas à sua valorização, num viés sociolinguístico, ao valorizar as comunidades de fala e a identificação dessas comunidades por meio traços de variação, regionalismo e multiplicidade. Acreditamos que os PCNs são uma importante ferramenta auxiliar do professor em sala de aula, promovendo a conscientização dos alunos acerca da necessidade de aceite do fato de que não existe somente a língua portuguesa no Brasil, mas outras, como as faladas fora dos ambientes acadêmicos e das famílias “bem sucedidas”.

Entendemos, com pesar, que a educação de forma geral não tem levado a efeito estes estudos e nem em consideração quando da criação dos seus currículos escolares. Os próprios livros didáticos apresentam pouquíssima abordagem do tema e quando o fazem, é de forma muito superficial. A escola, por conseguinte, apresenta a desculpa de que tem a responsabilidade de ensinar a Norma Padrão e que não tem tempo para as variações “não padrões” da língua, mitigando a criatividade e o desejo de estudar e a disseminação de uma cultura que, assim com a língua, é também estigmatizada e hierarquizada. Ainda acerca da violência simbólica, Michaud (1989) argumenta que:

[...] há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1989, pp. 10-11).

Michaud (1989) descreve algo grave, mas verdadeiro. É fato que a violência física é abjeta, mas a psicológica consegue ser mais assombrosa ainda, pois consegue atingir as

subjetividades, as trocas simbólicas e culturais. Fere a expressividade. Ofende a identidade da pessoa humana. Aqui se elencam as variações linguística. Negar que a variação linguística praticada por uma comunidade é Português é ofender frontalmente a liberdade de expressão. Um direito fundamental defendido inclusive e em Constituição Federal em seu famoso Artigo 5º, inciso IV que reza claramente que é livre a manifestação do pensamento (BRASIL, 1988). Se alguém é confrontado com sua maneira de se expressar, certamente isso mitiga o seu expressar.

Com efeito, está previsto nos Título II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais. O fato de serem alvo de preconceito provoca lesão não somente ao direito de expressão bem como fere o caput do artigo 5º no qual está insculpido a igualdade de todos perante a lei e que não se deve haver distinção de qualquer natureza (BRASIL, 1988). Aqui existe uma igualdade material que tem efeito tanto para quem legisla quanto para os operadores do direito. Isso é para se defender também que além da defesa dos Parâmetros Curriculares Nacionais há tal defesa até a nível Constitucional.

Vieira (2008, p. 8), em consonância com o pensar michaudiano, nomeia esta violência de “violência das palavras” e a avalia como sendo portadora de uma crueldade inominável “é a violência das palavras que oprime, nega e extermina o outro. Gera no mais fraco o sentimento de vergonha, medo, submissão, negando-lhe a possibilidade de relação social que acontece através do diálogo e até mesmo pelo conflito no campo das ideias”. Vieira denuncia o quanto é sério estigmatizar a fala de alguém, pois isso infunde medo, vergonha, tenta negar o direito à interação social.

Retomando os estudos sociolinguísticos, é importante mencionar que além de fazer prova de que o aspecto social influencia as variações linguísticas e vice versa, os estudos de Labov em Nova York, quando estudou a fala de funcionários de uma loja de departamentos, imigrantes, (LABOV, [1972] 1978;1994;2001;2003; 2008), e apresentou propostas de ensino embasadas tanto na ligação entre a “língua” e os seus “falantes”, quanto no estudo linguístico de “normas” que variam influenciadas por “fatores linguísticos e extralinguísticos” bem como na mitigação dos preconceitos sociais (COAN; FREITAG, 2010).

Ressalte-se que língua, falante, norma e fatores linguísticos e extra linguísticos são indissociáveis, e que os “fatores linguísticos e extralinguísticos” concorrem para as variações. Coan e Freitag (2010) sustentam o pressuposto de que há uma forte interação

sociedade/língua e que a maneira de se estudar fatos linguísticos é examinando as comunidades de fala. Estudá-las conduz a um conhecimento organizado dos usos, dando origem à propostas que tem por objetivo a ampliação da competência linguística dos alunos justamente nos dias de hoje em que os papéis da sociedade e suas redes sociais têm um acréscimo exponencial.

## **2.2. Linguística e sociolinguística variacionista e educacional**

A Linguística é uma ciência que se ocupa do estudo da linguagem verbal humana e que, assim como toda a ciência, baseia-se em observações conduzidas através de métodos, com fundamentação teórica. No Brasil a Linguística chegou à educação somente nos anos 80. Elas eram aplicadas ao ensino da nossa língua materna. A Sociolinguística tem seus indícios em meados do século XX quando a linguística apresenta mudanças significativas e delinea novos paradigmas. Estes, por conseguinte, emergem quando os estudos linguísticos vão além do sistema linguístico em si, focalizando a língua em situações de interação social (ALMEIDA, 2015).

Com efeito, a sociolinguística é uma área da linguística que estuda as línguas em situação de uso (ALMEIDA, 2015), tem na educação uma de suas mais importantes vertentes (BORTONI-RICARDO, 2005; 2014). Segundo Almeida (2015, p. 146), a sociolinguística:

[...] é uma área da linguística que se ocupa em estudar a língua falada no contexto onde interagem pessoas com repertórios linguísticos distintos, divide-se em Sociolinguística interacional e Sociolinguística variacionista. Com o passar dos anos os estudos foram se expandindo e atualmente a Sociolinguística apresenta outras vertentes, como, por exemplo, a Sociolinguística educacional. Assim, ambas têm em comum o fato de ter a língua falada como objeto de estudo em correlação com a sociedade, isto é, estudam a influência dos aspectos sociais nos diferentes dialetos.

Conceituando a sociolinguística variacionista, ou seja, a língua e interação, Almeida (2015) argumenta que as bases teóricas de estudo da língua em interação, efetiva-se mediante uma metodologia que prioriza a fala como objeto de estudo. Essa corrente teórica caracteriza-se pela preocupação em desvelar como ocorrem as variações linguísticas, considerando sempre o contexto social no qual o falante está inserido, e pela constatação de que a língua é heterogênea e que são diversas as variedades em um mesmo idioma (ALMEIDA, 2015). Contudo:

[...] e tendo em vista o teor essencialmente comunicativo da Sociolinguística interacional, ela tem como principal característica ratificar que a fala em

interação está propícia a interpretações e mudanças, as quais variam segundo o comportamento linguístico de uma sociedade ou comunidade linguística, considerando sempre os contextos específicos dos falantes (ALMEIDA, 2015, p. 147).

Segundo Bortoni-Ricardo (2014) a sociolinguística interacional tem como característica principal rejeitar a separação entre língua e contexto social, focalizando abertamente as estratégias que governam o uso lexical, gramatical, sociolinguístico e aquele decorrente de outros conhecimentos, na produção e contextualização das mensagens. Almeida (2015) argumenta que o termo “pistas de contextualização” que, segundo Bortoni-Ricardo (2014) define como os traços de um discurso sinaliza os pressupostos contextuais, indicando aos sujeitos, no momento da interação, como ocorre a comunicação, ou seja, se a interação está sendo bem transmitida e devidamente interpretada.

No tocante à sociolinguística educacional, vertente da sociolinguística que adquire status superior no contexto acadêmico nas últimas décadas, Bortoni-Ricardo (2005, p. 113), afirma que a mesma “[...] surgiu na América Latina ainda na década de 1930, a partir da preocupação com a heterogeneidade linguística na sala de aula, e teve como marco a implantação do Projeto Tarasco<sup>140</sup>, no México, no ano de 1939”.

Considerando que a Sociolinguística na década de 1930, no Brasil, vivencia uma fase denominada por Lucchesi (2017, p. 375) como “Nivelamento linguístico”, resultado da industrialização e urbanização e promotora da difusão da norma urbana culta, “[...] apagando as marcas do contato na norma popular; a norma culta se afasta do padrão lusitanizado; porém, concentração de renda mantém a polarização sociolinguística e fomenta o preconceito linguístico”, podemos afirmar que dará dessa época os estudos da sociolinguística com foco na educação.

Segundo Bortoni-Ricardo (2005) o ambiente escolar é um lócus privilegiado onde os estudantes adquirem, de forma sistemática e crítica, recursos comunicativos que lhes permitem desempenhar-se competentemente em meio às práticas sociais especializadas. Ademais, “[...] quando se fala em recursos comunicativos é bom recordar três parâmetros que estão associados à questão da ampliação desses recursos, quais sejam: grau de dependência contextual; nível de complexidade no tema abordado; e familiaridade com a tarefa comunicativa” (ALMEIDA, 2015, p. 149).

Argumentando acerca da sociolinguística e a relação assimétrica desta com a norma padrão culta da língua portuguesa brasileira, Santos (1999) entende que a norma culta acentua cada vez mais as desigualdades sociais, e recorre a Bortoni-Ricardo (1993, p. 78), afirmando que:

[...] o respeito às características culturais e lingüísticas do educando, o que lhe garantirá a manutenção de sua auto-estima e viabilizará sua integração na cultura escolar, que lhe é razoavelmente estranha, e b) o reconhecimento, por parte da escola, das características da competência comunicativa que o educando traz consigo e que deverá ser ampliada e diversificada ao longo de sua formação escolar (SANTOS, 1999, p. 68). (Sic).

Note-se que são dois os assuntos abordados nesta afirmação, quais sejam: respeitar a diversidade linguística protegendo a autoestima do aluno, o que o deixará mais à vontade no espaço da escola e o reconhecimento das competências em comunicação deles que já trazem consigo, e que se procure aumentá-la e torná-la mais diversa ainda, não negá-la. Para Bortoni-Ricardo (2005, p. 26) “[...] A aprendizagem da norma culta deve significar uma ampliação da competência linguística e comunicativa do aluno, que deverá aprender a empregar uma variedade ou outra, de acordo com as circunstâncias da situação de fala”.

A citação poderia assim ser descrita da seguinte forma: o aluno traz esta bagagem linguística de casa, a escola a amplia e o aluno precisa aprender a “norma culta” apenas como mais uma variedade como outra qualquer, inclusive a sua, e empregar a que melhor lhe convenha a depender do contexto de fala. Segundo Bortoni-Ricardo (2004) em citação de Coan e Freitag (2010), deve-se incorporar ao repertório dos alunos recursos para que empreguem estilos monitorados, assim como a diferenciação de variantes estigmatizadas evitando-se, nos estilos monitorados, avaliação negativa. Promover o desenvolvimento de estratégias de alternância entre o vernáculo e a língua de prestígio, a análise da variação no processo interacional e a conscientização quanto à variação e à desigualdade social (atitude crítica).

Nessa perspectiva, podemos destacar quatro aspectos:

- ✚ Primeiro: que o aluno deve receber aportes para o emprego de estilos monitorados para que assim o faça com segurança;

- ✚ Segundo: que consiga perceber a diferença entre variantes estigmatizadas para que evite ser avaliado negativamente ao fazer uso destes estilos em monitoração;
- ✚ Terceiro: que ele consiga desenvolver estratégias de modo a conseguir alternar entre o vernáculo e a língua da elite dominante; e
- ✚ Quarto: que seja capaz de avaliar a variação nos processos interativos sociais e tomar consciência sobre variação e desigualdade na sociedade a denominada visão crítica da realidade.

Os quatro argumentos são de vital importância e precisam de serem trabalhados conjuntamente promovendo a conscientização de todos os que trabalham com a Sociolinguística.

Bortoni-Ricardo (2005), assevera que as escolas e demais instituições de ensino trabalham com a Língua Portuguesa Padrão, e que isso é imposto desconsiderando as variações dos educandos o que causa insegurança nos mesmos, e que, ao invés de dominarem a “norma”, se insurgem contra ela. É, pois, um serviço ao contrário o que a escola faz ao não valorizar as habilidades linguísticas dos estudantes, que ao chegarem naquele ambiente já levam consigo. A autora afirma que: “[...] o caminho para uma democracia é a distribuição justa de bens culturais, entre os quais a língua é o mais importante” (BORTONI-RICARDO, 2005, p.15), e quer a democracia é sim a justa distribuição dos bens culturais, colocando a língua como o mais importante. Democracia é também considerar o que os alunos já sabem ao ir à escola, fazer com que superem a baixa autoestima e que se sintam atores principais da sua cultura e que seu modo de falar não seja estigmatizado, considerado feio, errado, estropiado e que não é a Língua Portuguesa.

A conscientização é o caminho para todos estes aportes, pois é por meio dela que se pode criar uma atitude crítica no aluno no que tange ao uso de sua variação, fazendo com que ele entenda que não há variação certa e variação errada. O que há são diferentes variações. No estudo das variações é vital entender que além dos fatores extralinguísticos já mencionados como sexo, idade, escolaridade, dentre outros, pode-se acrescentar: a) o tipo de relação entre emissor e receptor especialmente de influência e benevolência; b) situação em que acontece a fala (casa, auditório) e c) discurso (LABOV, 2003).

Mas afinal, existe um estilo único? A resposta é Não! Não há falante de estilo único, porém os mais velhos e as crianças possuem um grau menor de variação em virtude de participarem menos das interações sociais do que os jovens e outras pessoas laboralmente ativas, e também por serem mais assíduos nas redes sociais. Cabe lembrar que estas variações se dão tanto no campo fonológico quanto no sintático (COAN; FREITAG, 2010).

Coan e Freitag (2010) defendem que ao se trabalhar com a Sociolinguística, é preciso considerar três tipos de normas: 1) regras gerais, isto é, utilizáveis para qualquer estilo; 2) regras antigas em situação de passagem de mudança e, 3) regras de preceito (normas injuntivas: o que se falar e o que não). Sugerem os autores que, quando se for corrigir, não se dê novas regras, porém forneça-se uma variação que dê para ser utilizada em um contexto formal. É importante também que os alunos entendam a significação na sociedade destas variações, pois os mesmos notam que seu falar difere do professor, mas controlam escassamente o significado social e o tema do estilo (COAN; FREITAG, 2010).

Bortoni-Ricardo (2005), acredita que mesmo que a Sociolinguística tenha se esforçado muito, a educação não dá a ela o seu devido valor, em especial no que tange às variações e indaga se a educação é a ferramenta adequada para a transmissão da variedade padrão, fazendo uma crítica ao afirmar que: “Os professores não têm consciência da variação em sua própria fala” (BORTONI-RICARDO, 2005, p.185). Esta crítica é bastante pertinente porque traz à luz a realidade de que professores estão a todo instante, inclusive em sala de aula, usando a linguagem não padrão sem que na verdade se deem conta disso. O que condenam, isso fazem. Têm a condescendência para si mas não a utilizam para seus alunos.

Bortoni-Ricardo (2005), enumera a forma como os professores agem com relação à variação não padrão:

- 1-Identifica os “erros de leitura”, mas não faz distinção entre diferenças dialetais ou erros de decodificação na leitura, tratando-os da mesma forma.
- 2-Não percebe o uso de regras não padrão, pois não está atento ou não identifica naquela regra uma transgressão, pois ele próprio já a tem em seu repertório.
- 3-Percebe o uso de regras não padrão e prefere não intervir para não constranger o aluno.
- 4- Percebe o uso de regras não padrão, não intervém, e apresenta, logo em seguida, o modelo da variante padrão. (BORTONI-RICARDO, 2005, pp. 192-193).

Cada professor apresenta diferentes reações frente à variedade não padrão. Alguns agem de diferentes formas conforme a situação, mas no geral é de uma das quatro formas acima citadas. Bortoni-Ricardo (2005) agrega que “[...] os padrões de mudança de código e de intervenção dos professores estão associados as estratégias intuitivas que eles desenvolveram com base em seu sistema de crença sobre o letramento” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 197).

É visível, ademais, que estes padrões não somente são adquiridos quando do letramento dos professores, mas também são agentes multiplicadores para a sustentação do sistema que nada tem acrescentado, e de uma sociedade completamente desigual.

Coan e Freitag (2010), asseguram que as variações diatópicas (geográficas), diastráticas (sociais), diafásicas (contexto) e diamésicas (tipo de texto), mesmo que não sejam tão indispensáveis para pesquisas mais gerais, a experimentação tem revelado que dificultam a compreensão, provocam preconceito e estigma (COAN; FREITAG, 2010). Logo é interessante que sejam conhecidas. Mollica (2013), acrescenta que as variações podem se dar em diversos campos: lexical, no sintático, no morfológico, no subsistema fonético-fonológico e até no pragmático- discursivo. As variações linguísticas, produto rico das comunidades de fala, precisam e merecem receber seu devido valor, serem analisadas em sala de aula, ter livre uso na sociedade e não podem sofrer nenhum tipo de afronta, estigmatização ou preconceito.

### **3. Considerações finais**

As Variações Linguísticas, cultura que ferve na boca de todos os falantes, reveladora de aspectos sociais e geográficos, inventividade dos “verdadeiros donos da língua” - o povo - precisam de serem mais estudadas, valorizadas e ensinadas nas nossas instituições educacionais e incentivadas a sua prática na sociedade.

O preconceito linguístico, a violência simbólica, o estigma e o império da Norma Padrão devem ser combatidos constantemente via escola, mídia e Educação. É preciso se conscientizar que não há variação linguística correta e incorreta, mas o que há são diferenças, e se se quer um “padrão”, que seja o de adequação ou inadequação baseados, por exemplo, no contexto e na interação entre os interlocutores.

Na busca por esta valorização das variações linguísticas, a escola deve ser a protagonista, ao invés de infringir preconceito, de ser agente de discriminação, deve enaltecê-las, alterar a sua metodologia, dando mais espaço para esta disciplina.

### Referências

ALMEIDA, Severina Alves de. **Etnossociolinguística e Letramentos: Contribuições Para Um Currículo Bilíngue e Intercultural Indígena**. Apinajé. Tese de Doutorado. Orientadora: ROSINEIDE MAGALHÃES DE SOUSA. – Brasília, 2015. 358 p.

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália**. São Paulo: Contexto, 2013.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola, 2011.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: O que é como se faz**. São Paulo: Loyola, 2001.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 5. Ed. São Paulo: Hucitec, 1990. (Título original, 1929).

BASÍLIO, Jucilene Oliveira Sousa. Os Usos das Estruturas com Estar + Gerúndio no Português Brasileiro. In: CARDOSO, Caroline Rodrigues; SCHERRE, Maria Marta Pereira; LIMA-SALES, Heloísa Maria Moreira; PACHECO, Cíntia (Orgs.). **Variação Linguística, Contato de Línguas e Educação: Contribuições do III Encontro do Grupo de Estudos Avançados de Sociolinguística da Universidade de Brasília**. Campinas, SP: Pontes Editora, 2013.

BEVENISTE, E. Estrutura da Língua e Estrutura da Sociedade. In: **Problemas de Linguística Geral II**. São Paulo: Cia. Editora Nacional/EDUSP, 1989. (Título original, 1968).

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004. APUD COAN, M.; FREITAG, R. M. K. Sociolinguística Variacionista: Pressupostos Teórico-Metodológicos e Propostas de Ensino. *Domínios de Linguagem*, v. 4, n. 2, 2010, p. 173-194.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação bilateral. O que é? É possível?** In: SEKI, Lucy [org.]. **Linguística Indígena e Educação na América Latina**. Campinas: UNICAMP, 1993, p. 71-88.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós Chegemos na Escola, e agora?** Sociolinguística na Sala de Aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Manual de Sociolinguística**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

(BOURDIEU, P. (1930-2002). **A Dominação Masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, 160p.).

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 12 nov. 2018.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRIGHT, SOCIOLINGUISTICS CONFERENCE. As Dimensões da Sociolinguística. In: FONSECA, M.S.V. (orgs.) **Sociolinguística**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. (Título original, 1968)

CÂMARA JR., J. Mattoso. **Manual de expressão oral e escrita**. Petrópolis: Vozes, 2001.

COAN, Márluce; FREITAG, Raquel MeisterKo. Sociolinguística Variacionista: Pressupostos Teórico-metodológicos e Propostas de Ensino. **Revista Eletrônica de Linguística**, São Paulo, v. 04, n. 02, p. 21, 2º semestre, 2010. Disponível em:<[http://www.seer.ufu.br/index.php/domínios de linguagem](http://www.seer.ufu.br/index.php/domínios_de_linguagem)>. Acesso em: 28 ago. 2018.

GAGNÉ, G. **Língua Materna: Letramento, Variação & Ensino**. São Paulo: Parábola, 2002.

GNERRE, Maurício. **Linguagem, escrita e poder**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

JAKOBSON, R. Linguística e Poética. In: **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1970. (Título original, 1060).

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. – São Paulo, Parábola Editorial, 2008. Tradução de: Sociolinguistic Pattern.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, [1972] 2008.

LABOV, William. **Principles of linguistic change: internal factors**. Oxford: Blackwell, 1994.

LABOV, William. **Principles of linguistic change: social factors**. Oxford: Blackwell, 2001.

LABOV, William. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, Cristina Bratt; TUCKER, G. Richard (eds.). **Sociolinguistics: the essential readings**. Oxford: Blackwell, 2003. p. 235-250.

LABOV, William. Where does the Linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. In: **Socio linguistic Working Papers**, 44, p-43-88, 1978.

LUCCHESI, Dante. A periodização da história sociolinguística do Brasil. D.E.L.T.A., 33.2, 2017 (347-382). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v33n2/1678-460X-delta-33-02-00347.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.

MEILLET, A. **Linguisti que historique et linguisti que génétiques**. Berna: Francke, 1992.

MICHAUD, Yves. **A Violência: o problema das definições**. São Paulo: Ática, 1989.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação Teórica: Conceituação e Delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.) **Introdução à Sociolinguística: O Tratamento da Variação**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

SANTOS, Maria Elena Pires. **Fatores de Risco para o Sucesso Escolar de Crianças Brasiguaias nas Escolas de Foz do Iguaçu: Uma Abordagem Sociolinguística**. Curitiba. Dissertação (mestrado em Letras, área de concentração: Linguística). Universidade Federal do Paraná, 1999.

SILVA, Edila Vianna. A Pesquisa Sociolinguística: A Teoria da Variação. **ABRAFIL: Academia Brasileira de Filologia**, Rio de Janeiro, v. 03 , n. IX, p. 49-57, novembro, 2011. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/abf/rabf/9/049.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018

STIVAL, Maria Cristina Elias Esper; FORTUNATO, Sarita Aparecida de Oliveira. Dominação e reprodução na escola: visão de Pierre Bourdieu. **VIII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE / III Congresso Ibero-Americano sobre Violências nas escolas – CIAVE**. Disponível em:<<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 2007.

VIEIRA, Jeferson Christiano. As múltiplas faces da violência escolar. **VIII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE / III Congresso Ibero-Americano sobre Violências nas escolas**. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

WHITNEY, W. D. **Language and Study of Language**.New York: Scribner's, 1901.

## Nota

---

<sup>i</sup> Artigo vinculado à Dissertação de Mestrado: Território, territorialidade e variação linguística: uso da lateral palatal /ʎ/ por feirantes de Araguaína.

## Sobre os autores

### **Antônio Themístocles Barbosa da Silva**

Graduado em Letras pela Universidade Federal do Tocantins. Bacharel em Direito Pela Faculdade Católica Dom Orione. Especialista em Avaliação Escolar pela CESGRANRIO. Especialista em Direito Constitucional e Docência Universitária pela Faculdade Católica Dom Orione. Professor da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino no Cem Castelo Branco. Mestrando em Estudos de Cultura e Território do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território – PPGCULT pela Universidade Federal do Tocantins – UFT. E-mail: [thbsabra@gmail.com](mailto:thbsabra@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9351-8893>

**Francisco Edviges Albuquerque**

Orientador e professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território – PPGCULT da Universidade Federal do Tocantins –UFT. E-mail: [fedviges@uol.com.br](mailto:fedviges@uol.com.br) Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0004-1887>

**Severina Alves de Almeida Sissi**

Co-orientadora da pesquisa. Professora Adjunta da Faculdade de Ciências do Tocantins FACIT. Pós doutoranda pela Universidade Federal do Tocantins UFT. Doutora em Linguística: Universidade de Brasília (2015). Mestre em Ensino de Língua e Literatura UFT (2011). Graduação em Pedagogia UFT (2009). E-mail: [sissi@faculdadefacit.edu.br](mailto:sissi@faculdadefacit.edu.br)  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5903-6727>

Recebido em: 15/05/2019

Aceito para publicação em: 20/06/2019